GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL****CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I****PROVA ORAL/PONTO 3****GRUPO I – DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 1**

O Estado Federal, no Brasil e em outros locais do mundo em que foi adotado, repousa sobre um delicado equilíbrio de forças antagônicas, de caráter centrífugo e centrípeto. Para a manutenção dessa precária estabilidade, a técnica constitucional desenvolveu diferentes mecanismos que vão desde a solução de dissensões internas por um tribunal federal especializado até a *ultima ratio* do sistema consistente na intervenção do governo central nos negócios dos entes federados.

Enrique Ricardo Lewandowski. **Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil**. 1ª ed., p. 139.

Tendo como referência o fragmento de texto apresentado e considerando o descumprimento, pelo governador do Distrito Federal, de uma ordem judicial prolatada em favor de servidor distrital por juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, examine as possibilidades e os procedimentos para decretação de intervenção federal nessa unidade federada.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

Direito Constitucional - Tópico: 7.4 Intervenção federal e estadual.

PADRÃO DE RESPOSTA

Inicialmente, deve o candidato registrar que, para ensejar uma intervenção federal, nos termos do inciso VI do art. 34 da Constituição Federal de 1988 (CF), o descumprimento da ordem judicial “transitada em julgado” deve ser “voluntário e intencional” (STF, IF 1917-AgR, Rel. min. Maurício Corrêa).

Verificado esse pressuposto, cabe ao interessado — no caso da questão, o servidor distrital beneficiado pela decisão judicial — “a obrigação de previamente submeter o pedido de intervenção ao presidente do tribunal local, a quem incumbirá formular, em ato devidamente motivado, o pertinente juízo de admissibilidade. Se esse juízo de admissibilidade for positivo, caberá ao presidente da corte judiciária inferior determinar o processamento do pedido e ordenar o seu ulterior encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal, para que este — apreciando, e eventualmente acolhendo, a postulação formulada pelo credor interessado — requisite, ao presidente da República, ser for o caso, a decretação de intervenção federal no estado-membro que houver descumprido a decisão judicial exequenda” (STF, IF 555-AgR, Rel. min. Celso de Mello).

A ação do presidente da República se consubstancia por meio do decreto interventivo, que deverá explicitar a amplitude, os prazos e as condições de execução da intervenção, nomeando — se necessário — um interventor (art. 36, § 1.º, CF).

Por fim, o candidato deve registrar que, no caso previsto no inciso VI do art. 34 da CF, não se exerce controle político sobre o ato interventivo, como previsto no § 3.º do art. 36 do texto constitucional.

Em síntese, (a) a decisão deve ter transitado em julgado e (b) o descumprimento deve ser intencional e voluntário; (c) o interessado deve solicitar a intervenção ao presidente do TJDF e este, se admitir o pedido, deverá requerê-la ao Supremo Tribunal Federal, titular da iniciativa; (d) entendendo cabível, o presidente da República editará o decreto interventivo, nos termos da Constituição, (e) não sendo possível seu controle político no caso de descumprimento de ordem judicial.

CONCEITOS**QUESITO 1**

- Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.
 Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.
 Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.
 Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2

- Conceito 0 – Não argumentou.
 Conceito 1 – Argumentou de maneira precária e demonstrou pouca capacidade de convencimento.
 Conceito 2 – Argumentou de maneira satisfatória e demonstrou satisfatória capacidade de convencimento.
 Conceito 3 – Argumentou de maneira excelente demonstrou excelente capacidade de convencimento.

QUESITO 3

- Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.
 Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.
 Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1

- Conceito 0 – O candidato não menciona corretamente nenhum dos itens sintetizados no padrão de resposta.
 Conceito 1 – O candidato menciona corretamente apenas um dos itens sintetizados no padrão de resposta.
 Conceito 2 – O candidato mencionou corretamente dois dos itens sintetizados no padrão de resposta.
 Conceito 3 – O candidato mencionou corretamente três dos itens sintetizados no padrão de resposta.
 Conceito 4 – O candidato mencionou corretamente quatro dos itens sintetizados no padrão de resposta.
 Conceito 5 – O candidato mencionou corretamente os cinco itens sintetizados no padrão de resposta.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Qualquer descumprimento de decisão judicial enseja a decretação de intervenção federal?
- 2 A doutrina define fases sistematizadas para o procedimento de intervenção federal?
- 3 Quais os âmbitos de controle no processo de intervenção federal?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITOS					
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 4,50	0	1	2	3		
2	Capacidade de argumentação e de convencimento	0,00 a 4,50	0	1	2	3		
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 3,00	0	1	2			
4	Domínio do conhecimento jurídico							
4.1	Pressupostos e procedimentos para a decretação de intervenção federal por descumprimento de ordem judicial.	0,00 a 28,00	0	1	2	3	4	5
TOTAL		40,00						

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL****CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I****PROVA ORAL/PONTO 3****GRUPO I – DIREITO TRIBUTÁRIO, FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO****QUESTÃO 2**

Que espécies tributárias são abrangidas pela imunidade recíproca? Justifique sua resposta.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

Direito Tributário - Tópico: 3.6 Imunidades em espécie.

PADRÃO DE RESPOSTA

Apenas os impostos são abrangidos pela imunidade recíproca, porque as demais espécies tributárias são relativas a situações que, em regra, escapam a “patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros” (entes federados) e, portanto, não implicam o risco de comprometimento existencial recíproco “uns dos outros” (*vide* Constituição, art. 150, VI, “a”).

QUESITOS/CONCEITOS**QUESITO 1**

Conceito 0 – Não articulou seu raciocínio.

Conceito 1 – Articulou seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articulou seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresentou excelente articulação.

QUESITO 2

Conceito 0 – Não argumentou.

Conceito 1 – Argumentou de maneira precária e demonstrou pouca capacidade de convencimento.

Conceito 2 – Argumentou de maneira satisfatória e demonstrou satisfatória capacidade de convencimento.

Conceito 3 – Argumentou de maneira excelente demonstrou excelente capacidade de convencimento.

QUESITO 3

Conceito 0 – Não utilizou o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utilizou o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utilizou o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1

Conceito 0 – Não abordou o assunto.

Conceito 1 – Abordou apenas superficialmente o assunto.

Conceito 2 – Não distinguiu espécies tributárias adequadamente.

Conceito 3 – Distinguiu adequadamente as espécies tributárias, mas não abordou o alcance da imunidade recíproca.

Conceito 4 – Distinguiu adequadamente as espécies tributárias e abordou o alcance da imunidade recíproca.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quais são as espécies tributárias?
- 2 O que seria imunidade recíproca?
- 3 Por que algumas espécies tributárias escapam à imunidade recíproca?
- 4 Quais são as espécies tributárias compreendidas no conceito de imunidade recíproca?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITOS				
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 3,00	0	1	2	3	
2	Capacidade de argumentação e de convencimento	0,00 a 3,00	0	1	2	3	
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 3,00	0	1	2		
4	Domínio do conhecimento jurídico						
4.1	A imunidade recíproca abrange apenas os impostos, pois as demais espécies tributárias são relativas a situações que, em regra, escapam a “patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros” (entes federados) e, portanto, não implicam o risco de comprometimento existencial recíproco “uns dos outros” (<i>vide</i> Constituição, art. 150, VI, “a”)	0,00 a 21,00	0	1	2	3	4
TOTAL		30,00					